



CARLOS ANDRÉ COUTINHO TELES

**AVALIAÇÃO
DE IMPACTO
LEGISLATIVO**

INSTRUMENTO DE EFETIVIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2025

Sumário

Introdução	1
Capítulo I.....	11
1 Avaliação de Impacto Normativo em Portugal.....	11
1.1 Considerações iniciais	11
1.2 Competência Legislativa em Portugal	20
1.2.1 Competências Políticas, Legislativas e Administrativas do Governo	23
1.2.2 Competência Legislativa da Assembleia da República.....	27
1.3 A Ciência da Legislação	35
1.3.1 A Legística portuguesa.....	39
1.4 A natureza híbrida do Processo Legislativo Português.....	42
1.4.1 O Processo Legislativo de iniciativa do Governo.....	45
1.4.1.1 Fases do Processo Legislativo governamental	46
1.5 O Processo Legislativo de iniciativa da Assembleia da República	50
1.6 Os poderes de Promulgação e Veto do Presidente	52
1.7 Antecedentes da Avaliação Legislativa na Europa	56
1.8 Iniciativas de Better Regulation em Portugal	62
1.9 O problema da qualidade da Legislação em Portugal	67
1.10 O Guia de Avaliação de Impacto Normativo de Carlos Blanco de Morais	69

1.10.1 O Circuito da Avaliação de Impacto Normativo: relações entre avaliação prévia e avaliação sucessiva	72
1.10.2 A Avaliação Prévia de Impacto Normativo	73
1.10.3 A Avaliação Sucessiva de Impacto Normativo	76
1.11 A Avaliação Legislativa em Portugal.....	77
1.11.1 O procedimento da Avaliação de Impacto Legislativo realizado pela Unidade Técnica de Avaliação de Impacto Legislativo	82
1.11.2 Estatísticas relativas à Avaliação de Impacto Legislativo	85
1.11.3 Estudo de Caso - Regulamento (EU) 2016/679 (Regulamento Geral de Proteção de Dados - RGPD)	88
1.11.3.1 Descrição sumária das alterações introduzidas pelo RGPD	90
1.11.3.2 Descrição de benefícios com a aplicação do RGPD.....	91
1.11.3.3 Descrição dos Encargos.....	92
1.11.3.4 A Abordagem ao recolhimento de dados.....	93
1.11.3.4.1 Segmentação da Incidência.....	93
1.11.3.4.2 O Quadro metodológico da Avaliação de Impacto Legislativo.....	95
1.11.3.4.3 Resultados	95
Capítulo II	99
2 A Avaliação de Impacto Legislativo no Brasil.....	99
2.1 Considerações iniciais.....	99
2.2 Sistema de Governo, Presidencialismo de coalizão e o Poder de Agenda do Executivo.....	100
2.3 O Poder Executivo legislando	104

2.4 O Congresso Nacional e as fases do Processo Legislativo	106
2.4.1 O procedimento deliberativo	107
2.4.2 As Comissões Parlamentares.....	108
2.4.3 A Mesa Diretora, o Colégio de Líderes, os Líderes Partidários e as Lideranças	115
2.5 Políticas Públicas	119
2.5.1 Ciclo das Políticas Públicas	123
2.6 Quem avalia?	124
2.6.1 O Senado Federal.....	128
2.6.2 O Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas	136
2.6.3 O Tribunal de Contas da União como Órgão auxiliar do Congresso Nacional.....	140
2.7 Estudo de caso.....	145
2.8 A importância da participação popular na avaliação da Política Pública	150
2.9 A Avaliação de Impacto Legislativo	156
2.9.1 Conceitos e distinções entre Avaliação de Impacto Legislativo x Avaliação de Impacto Regulatório x Avaliação de Políticas Públicas	162
2.10 A Legística brasileira e a Avaliação de Impacto Legislativo	169
2.10.1 A Lei Complementar nº 95/1998 e os seus Regulamentos ...	171
2.11 A Emenda Constitucional nº 95/2016	178
2.11.1 A inconstitucionalidade de Lei que não observa o artigo 113 do ADCT.....	189
2.11.2 A evolução da Jurisprudência do STF pela não observância do artigo 113 do ADCT	191

2.12 A Emenda Constitucional nº 109/2021	198
2.12.1 O Projeto de Lei Complementar nº 61/2022 e o Projeto de Lei Complementar nº 64/2022.....	203
2.12.2 O Projeto de Lei nº 3.083/2022	204
2.13 O Projeto de Lei nº 488/2017	206
2.14 O Projeto de Resolução nº 301/2018	209
2.15 O Impacto Socioeconômico pela não observância da Avaliação de Impacto Legislativo.....	212
2.16 O ‘Atraso’ brasileiro	214
Capítulo III.....	217
3 Recomendações ao Legislador.....	217
3.1 O Princípio democrático e a Avaliação de Impacto Legislativo...217	
3.2 A Política deliberativa habermasiana e a Avaliação de Impacto Legislativo	219
3.3 As dificuldades existentes para a implementação da Avaliação de Impacto Legislativo	222
3.4 As consequências da mora parlamentar na regulamentação da Avaliação de Impacto Legislativo	227
3.5 Cautelas democraticamente necessárias.....	234
Considerações Finais.....	241
Referências Bibliográficas.....	253
Anexo A	289
Anexo B	295
Anexo C	303